A incidência da mídia na primeira seleção do controle social.

PAULO ROBERTO BATISTA¹

I. INTRODUÇÃO

“Entende-se como controle social o conjunto de mecanismos e sanções sociais que visam a submissão do homem aos modelos e normas de convívio comunitário”². Nesse sentido, surgem mecanismo de controle que buscam garantir um comportamento jurídico e socialmente ajustado para o momento contemporâneo a conduta.

Com efeito, o controle é feito por intermédio das agências de controle que podem ser formais ou informais. De um lado o controle social informal³, que se reflete nos órgãos da sociedade civil: família, escola, ciclo profissional, opinião pública, clubes de Serviço, igrejas etc. De outro lado, destaca-se o controle social formal⁴, representado pelas instâncias políticas do Estado, isto é, a Polícia (1ª seleção), o Ministério Público (2ª seleção), a Justiça (3ª seleção), as Forças Armadas, a Administração Penitenciária etc.

O Presente texto se propõe a fazer considerações acerca da primeira seleção do controle social formal: a polícia judiciária, assim como a mídia pode incidir nesse trabalho.

II. PRIMEIRA SELEÇÃO

¹ Servidor Público. Bacharel em Direito e Graduado em Gestão e Educação para o Trânsito. Pós-graduado em Ciências do Trânsito. Especialista em Ciências do Trânsito; Políticas Públicas do Trânsito; Segurança Pública; Direito Penal e Processo Penal.

² (Shecaira, 2008).

³ CRIMINOLOGIA NO BRASIL_ HISTORI - Tangerino, Davi, Shecaira, Sergio

⁴ CRIMINOLOGIA NO BRASIL_ HISTORI - Tangerino, Davi, Shecaira, Sergio

Quando um crime é cometido, nasce para o estado o direito de punir. Todavia, tal *ius puniendi* em desfavor do criminoso deve ser precedido do devido processo legal. Quando a ocorrência de um suposto crime é comunicada a autoridade policial essa faz um juízo de adequação a fim de verificar se o controle social será feito por intermédio do direito penal ou se por outro ramo do direito.

Em apertada síntese, é observar se o fato é ou não é um relevante penal. A partir desse momento promoverá os procedimentos necessários para a apuração da autoria e materialidade do suposto delito.

Fala-se em primeira seleção do controle social formal em face da atuação de seus órgãos de repressão jurídica, isto é, da atuação da polícia judiciária. O *ius puniendi* não pode ser exercitado de forma atrabiliária. Mas em atenção aos direitos e garantias fundamentais.

A premissa da monopolização da jurisdição e a finalidade de realização do bem comum, com a indispensável necessidade da garantia da ordem pública, exigem tal comportamento estatal, pois o direito existe exatamente para manter harmonia social.⁵ Nesse sentido assevera Frederico Marques:

*“O Estado, quando pratica atos de investigação, após a prática de um fato delituoso, está exercendo seu poder de polícia. A investigação não passa do exercício do poder cautelar que o Estado exerce, através da polícia, na luta contra o crime, para preparar a ação penal e impedir que se percam os elementos de convicção sobre o delito cometido”*⁶

No Brasil, a polícia civil prepara a ação penal, não apenas praticando os atos essenciais da investigação, mas também organizando uma *instrução provisória* a que se dá o nome de inquérito policial. Além de arbitrar a fiança para os crimes de até quatro anos de pena o delegado de polícia estabelece aí a primeira seleção de controle social.

III. A MÍDIA AMIGA E A MÍDIA INIMIGA

Uma operação policial bem-sucedida, a prisão de um traficante contumaz ou a elucidação de um homicídio de repercussão na comunidade local, naturalmente despertam o interesse da mídia. A divulgação desses fatos, através de rádio, jornal, tv ou internet, oferece destaque à corporação que executou, não raras vezes concedendo momentos de fama e até certo heroísmo aos policiais responsáveis pela investigação, fomentando vaidades, impulsionando carreiras profissionais, além de promover também a própria imagem dos governantes e das autoridades da área da segurança pública.

Estamos falando da "**mídia amiga**", aquela sempre bem-vinda, cujos integrantes são homenageados, eventualmente, em solenidades das instituições. A Polícia Civil do RS, por exemplo, possui em sua estrutura uma DCS (divisão de comunicação social), vinculada diretamente à chefia de polícia, a qual é responsável em promover o

⁵ CRIMINOLOGIA NO BRASIL_ HISTORI - Tangerino, Davi, Shecaira, Sergio

⁶ CRIMINOLOGIA NO BRASIL_ HISTORI - Tangerino, Davi, Shecaira, Sergio

marketing da instituição. A DCS acompanha as principais ações e operações policiais, divulgando áudio e imagens aos órgãos de imprensa, organizando entrevistas coletivas, participando de ações sociais sempre voltadas à visibilidade e à promoção da marca Polícia Civil.

Neste contexto, a Polícia Civil do estado do RS acompanha os indicadores de sua imagem, por meio de citações positivas, negativas ou neutras que lhe são atribuídas, diariamente, na mídia espontânea, segundo mostra o quadro comparativo EM ANEXO.

Compreensível que, diante de um quadro atual de insegurança, o clamor popular, impulsionado pela mídia e seu discurso punitivo populista, tende a querer soluções rápidas e imediatas para arrefecer a onda de violência. Exige-se dos governantes, quase milagrosamente, a imediata solução para esse problema. Assim, divulgação de operações policiais e as prisões efetuadas, sem dúvida, vêm ao encontro desta necessidade resposta sociedade.

A espetacularização da violência e o sensacionalismo por parte da imprensa, atua no sentido de proliferar a ideia de punitivismo e a necessidade, cada vez maior, da utilização do direito penal como única forma de solução para a questão da violência e da criminalidade.

Raramente encontra-se destacadas na mídia discussões e abordagens menos rasas sobre as causas da criminalidade violenta. Pouca frequência e menor destaque ainda se observa em torno da busca de soluções, a médio e longo prazo, como uma nova política pública de drogas, a principal causa dos problemas da violência urbana.

Tudo parece que tem que ser às pressas. A sociedade exige a prisão de criminosos, as polícias prendem a cada dia um maior número de pessoas, os presídios esgotam a capacidade de abrigar tantos presos. A mídia exhibe este quadro, em seus noticiários, diariamente, porém, ao mesmo tempo e paradoxalmente, a sociedade continua sentindo-se insegura.

Por outro lado, no sentido contrário, quando a mídia exerce o seu papel de controle social e passa à fiscalização das ações policiais, como nas situações em que vem à tona denúncias de abusos, truculência, corrupção policial, investigações malconduzidas, aqueles atingidos com as opiniões negativas e matérias jornalísticas desabonatórias, contrariados, tornam-se críticos da mesma imprensa que, outrora, elevou-os ao patamar de "quase heróis". É o que podemos definir como "**imprensa inimiga**", a imprensa que persegue, que não compreende, que é vista como injusta com a polícia, logo com a polícia, instituição que tanto se sacrifica para defender a sociedade.

A mídia também se mostra inimiga quando promove uma abordagem sensacionalista. Muitas vezes promove o medo da sociedade. Essa, por essa razão passa a não ocupar os espaços públicos. Ocorre então um desserviço.

IV. CONCLUSÃO

É inquestionável concluir que em numa sociedade democrática a deve ser livre de qualquer juízo prévio que possa levar a censura como bem preleciona **o Pacto de São José da Costa Rica**. As concessionárias de rádio e televisão, nas respectivas programações devem cumprir o seu papel previsto na constitucional do Estado brasileiro. Nesse sentido, devem os programas da mídia voltar-se para o respeito aos valores éticos da pessoa humana e da família (**art. 221, IV, da CF**).⁷

Desta forma a imprensa deve cumprir o seu papel de informar sem ser parcial. A mídia não precisa ser boa, nem precisa ser ruim para as agências de controle de primeira seleção. Nem tampouco ser sensacionalista ao ponto de fomentar a **TEORIA DO MEDO**. Mas instrumentalizar a **Liberdade de pensamento e de expressão**.

ANEXO

⁷ Nestor Sampaio Penteado Filho - Manual Esquemático de Criminologia - 2012

Polícia Civil do Rio Grande do Sul

Estado do
Rio Grande do Sul

IMAGEM INSTITUCIONAL

Polícia Civil

01/01/2015 a 31/12/2015

INDICADOR DE IMAGEM

33.42%

APROVEITAMENTO

6.295.320,00

5900 Citações

1972 Positivas

1490 Neutras

2438 Negativas

Polícia Civil

01/01/2016 a 31/12/2016

INDICADOR DE IMAGEM

50.7%

APROVEITAMENTO

24.921.065,00

9199 Citações

4664 Positivas

2169 Neutras

2346 Negativas

VISUALIZAÇÕES DE NOTÍCIAS SOBRE AÇÕES DA POLÍCIA CIVIL NA IMPRENSA

2015

23 milhões de pessoas

2016

62 milhões de pessoas

Fonte: Análise Mídia Espontânea - CWA Clipping